Justiça Eleitoral se prepara para realizar a maior votação eletrônica do mundo

TSE

No dia 2 de outubro, mais de 156 milhões de brasileiras e de brasileiros – 600 mil destes residentes no exterior – se dirigirão a uma das mais de 496 mil seções eleitorais espalhadas por todos os municípios do país e em representações diplomáticas em outras nações para escolher os governantes e os legisladores que conduzirão o Brasil pelos próximos anos. Para que isso aconteça de forma ordeira, segura, e transparente, uma grande estrutura foi mobilizada desde o começo de 2021, tão logo se concluíram os trabalhos das Eleições Municipais de 2020.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em coordenação com os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), vem trabalhando intensamente ao longo dos últimos dois anos para assegurar que cada eleitora e cada eleitor consiga exercer o direito constitucional de votar livremente e tenha o sigilo do voto devidamente protegido, cumprindo a missão institucional que lhes foi incumbida desde a criação da Justiça Eleitoral (JE), há 90 anos.

DIVULGAÇÃO



As eleições brasileiras são as maiores que ocorrem num único dia e as únicas que acontecem exclusivamente por meio eletrônico

Para isso, um contingente de 22 mil servidores e servidoras, 3 mil juízas e juízes e 3 mil promotoras e promotores eleitorais está mobilizado para, entre outras atividades, desenvolver e testar os programas de computador que serão utilizados nas urnas eletrônicas e no sistema eletrônico de votação. Também cabe a eles aprontar as mais de 577 mil urnas que serão utilizadas no pleito deste ano para colher, de forma segura, transparente e auditável, em cada uma das 2.637 zonas eleitorais que cobrem todo o Brasil, a manifestação da vontade do povo brasileiro sobre os rumos do país nos próximos anos.

Aos magistrados eleitorais compete, ainda, a tarefa analisar e julgar, dentro do prazo estabelecido no calendário eleitoral, os processos de registro das milhares de candidaturas a deputado distrital ou estadual e federal, senador, governador e presidente da República, além de examinar as contas eleitorais de 32 partidos, coligações e de cada candidato, bem como nomear o exército de mais de 1,7 milhão de mesários, que serão treinados pelos servidores da JE.

Além da Justiça Eleitoral

Números tão grandes não se limitam à Justiça Eleitoral. As Eleições Gerais de 2022 também mobilizaram um importante contingente das Forças Armadas, incumbidas de garantir que as urnas eletrônicas cheguem íntegras e protegidas até os rincões mais remotos do Brasil, como é o caso das comunidades ribeirinhas e das reservas indígenas na Amazônia mais profunda. Além disso, Forças Federais de segurança foram destacadas para garantir a ordem e a tranquilidade na votação em localidades consideradas pelos respectivos TREs como merecedoras de maior atenção em relação à segurança pública.

A preocupação com a proteção nestas eleições não se restringe ao uso das forças de segurança pública. Foi igualmente colocada em prontidão uma grande quantidade de pessoas e instituições empenhadas em assegurar que as eleitoras e os eleitores tenham garantido o direito de formarem livremente a sua convicção político-ideológica, sem tentativas de manipulação por meio da disseminação de mentiras, boatos e conteúdos falsos que visam e impor o medo e o ódio como linguagem política.

Assim, sob a coordenação do TSE, foi formada a Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação, que conta com 2.178 participantes, além de terem sido firmadas parcerias com mais de 150 plataformas digitais, entidades públicas e privadas, veículos de imprensa e de checagem de notícias e organismos da sociedade civil empenhados em combater as notícias e conteúdos falsos.

Campanhas de conscientização foram preparadas e veiculadas ao longo dos últimos anos e também foram criados canais especiais para a circulação de informações genuínas, como o chatbot de tira-dúvidas sobre o processo eleitoral na plataforma de mensagens WhatsApp e o canal verificado no Telegram, que conquistou números expressivos de inscritos em tempo recorde. E, no Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Ouvidoria do TSE, mais de 40 mil demandas de eleitores foram atendidas para informar corretamente sobre o processo eleitoral.

Marcos Diedrich Junior assume como vereador em Pato Branco

Redação com assessoria
redacao@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária dessa segunda-feira (12), da Câmara Municipal de Pato Branco, ocorreu o Ato de Posse do vereador suplente Marcos Diedrich Junior (União Brasil), que assumiu o lugar do vereador Lindomar Brandão (PP), que solicitou licença parlamentar não remunerada por 30 dias.

O Ato de Posse foi realizado antes do início oficial da sessão. Em seu discurso de posse, Marcos agradeceu os vereadores e servidores da Câmara, pela acolhida; aos familiares, presentes no ato; a todos os eleitores, que o apoiaram na campanha, em 2020; e ao vereador Lindomar Brandão, pelo espaço cedido e que havia sido combinado no período de campanha eleitoral.

"Em campanha pelo partido Democratas, nós criamos 25 ideias para Pato Branco, focando em ações para a cidade em desenvolvimento econômico, juventude, cultura, educação e diversidade. Espero poder discutir e, quem sabe, implementar algumas dessas ideias no decorrer desse período ou nas próximas oportunidades como vereador nesse mandato", disse Marcos.

"É um período curto, mas espero poder fazer diferente e fazer a diferença enquanto estiver nessa cadeira. Fui eleito com o discurso de 'renovação', sei que é difícil mudar a máquina, mas tentarei dentro do possível, nesse tempo, entender melhor como funciona a política e suas relações, e me preparar para, quem sabe, nas próximas eleições, conquistar um espaço aqui dentro por um mandato", concluiu o vereador.

ASSESSORIA



O Ato de Posse de Marcos Diedrich Junior (União Brasil) foi realizado antes do início oficial da sessão



Legislativo cobra medidas para cumprimento da lei do silêncio após população fazer abaixo-assinado

ASSESSORIA/CMPB



O requerimento foi apresentado em plenário na sessão dessa segunda-feira (12)

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária dessa segunda-feira (12), da Câmara Municipal de Pato Branco, os vereadores Claudemir Zanco (PL) – presidente do Legislativo, Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Eduardo Albani Dala Costa (MDB) e Romulo Faggion (União Brasil), apresentaram em plenário o Requerimento nº 733, de 2022, que requer ao Executivo Municipal "informações sobre quais as medidas cabíveis, em observância ao Decreto Municipal º 8.255, de 24 de janeiro de 2018, que Regulamenta a Lei nº 3.422, de 5 de agosto de 2010, que dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem-estar e do sossego público, e seu modelo de gestão e denomina o Programa do Silêncio Urbano (PSIU), quanto ao estabelecimento localizado na rua Jaciretã, denominado Baba Arguiles".

Os parlamentares Marcos Junior Marini (Podemos) e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) também assinaram o documento após a leitura em plenário.

População

O Requerimento nº 733, de 2022, foi expedido com base no pedido feito pela população, através do Ofício nº 5.9/2022, protocolado na Casa de Leis em 5 de setembro de 2022, assinado pelos cidadãos Artenio Guarez e Anisio Ruaro Webber, que encaminharam o "abaixo-assinado de moradores e domiciliados próximos a rua Jaciretã, nº 10, centro da cidade de Pato Branco, pelo qual solicitam medidas cabíveis em observância ao Decreto Municipal nº 8.255, de 24 de janeiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 3.422, de 5 de agosto de 2010".

Ouvidoria

Anexo ao Ofício foi encaminhado "parecer parcial de processo de Perturbação de Sossego" emitido pela Ouvidoria do município, com relação a denúncia feita pelos reclamantes. De acordo com o documento, foram registradas as seguintes mensagens: "Reclamação de muita bagunça, barulho, insuportável dormir no local. Festas iniciam às 22h e vai até de madrugada. (sexta a domingo). Foi informado ao denunciante que deve ligar a polícia, mas a polícia informa que é com a prefeitura. Se possível ir até o local fiscalizar, e verificar se tem isolamento acústico", datada de 27 de maio de 2022, e "Informamos que foi notificado ao proprietário apresentar informações referentes as medidas adotadas para mitigação e compensação da poluição sonora realizadas até a data atual, mediante apresentação de informações comprobatórias e no caso de projeto acústico, ART do responsável técnico. No caso de descumprimento, sujeitarão aos proprietários à multa, podendo ser cassada a licença ou alvará para o seu funcionamento", datada de 18 de agosto de 2022.

Ministério Público

Segundo o documento protocolado pela população na Casa de Leis, o abaixo-assinado, com quase cem assinaturas, também foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do Paraná, em Pato Branco.

Tribuna Livre

Ainda, no dia em que o Ofício nº 5.9/2022 foi protocolado na Câmara Municipal de Pato Branco, em 5 de setembro de 2022, Artenio Guarez utilizou a Tribuna Livre da Casa de Leis, durante a sessão ordinária, para "manifestar seu voto de repúdio aos abusos relacionados a perturbação do sossego no estabelecimento localizado na área central", quando também foi protocolado o abaixo-assinado, com o objetivo de que providência a respeito do caso fossem tomadas.

Penalidades mais rígidas para agressores de animais já estão em vigor no Paraná

Alep

Penalidades mais rígidas para agressores de animais já estão em vigor em todo o estado. Isso porque foi sancionada no último dia 6 de setembro a Lei Estadual 21.226/2022, que prevê a ampliação de punições para quem cometer crimes de maus-tratos contra animais domésticos e silvestres. Debatida, votada e aprovada na Assembleia Legislativa do Paraná, a nova legislação altera o artigo 28 da Lei Estadual nº 14.037, de 20 de março de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais.

De acordo com a alteração, oriunda do projeto de lei 11/2022, além da multa, em valor a ser estabelecido pelo Poder Executivo, os agressores também serão responsabilizados pelo pagamento das despesas com transporte, hospedagem, alimentação, serviços veterinários e demais custos advindos do cuidado com o animal, e ainda a perda da guarda, posse ou propriedade do animal.

A justificativa da proposição destaca que o objetivo da nova legislação é atualizar as punições a serem aplicadas a quem descumprir o Código de Proteção aos Animais. "Os casos de maus tratos ocasionam danos físicos e psicológicos aos animais e o atendimento aos animais resgatados geram diversos custos, sejam eles despesas com transporte, hospedagem, alimentação, serviços veterinários, etc", ressalta o texto.

PELO PARANÁ

ADIPR
Associação dos Jornais e Portais do Paraná

Apoio à candidatura

A comunidade árabe de Foz de Iguaçu fez uma homenagem ao ex-governador Beto Richa como reconhecimento pelas realizações de seu governo na região e anunciou apoio à sua candidatura a deputado federal pela Federação PSDB/Cidadania. Em cerimônia, os líderes religiosos entregaram ao ex-governador uma placa com um versículo do Alcorão. "Sinto-me gratificado pela homenagem e reafirmo meu compromisso com Foz do Iguaçu e com o Oeste no sentido de defender os interesses da região e do nosso Paraná na Câmara dos Deputados", disse Richa.

Combate à corrupção

O prefeito de Paranavaí, Delegado KIQ, anunciou nesta segunda-feira, 12, que vai apoiar Sérgio Moro para o Senado. "Moro tem um histórico de combate forte à corrupção. É a pessoa certa para o lugar certo", destaca. KIQ é a liderança política mais forte da região Noroeste do Paraná e está filiado ao Podemos.

Capital do orgânico

Tijucas do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), recebeu o título de Capital Paranaense do Orgânico. A cidade lidera a produção de orgânicos no estado e possui 75 famílias certificadas. Em todo o Paraná, são cerca de quatro mil produtores certificados. Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (Iapar-Emater), o número de trabalhadores de orgânicos no estado é o maior entre todos os estados da federação.

Reforma

Em razão da continuidade das obras de acessibilidade do Jardim Botânico de Curitiba, o estacionamento principal, com entrada pela Rua Ostoja Roguski, ficará interditado. As equipes também começam as intervenções na estufa, que terá os caminhos internos alargados. A previsão é de que os trabalhos sejam finalizados em cerca de 30 dias. Além de novas rampas de acessibilidade, o estacionamento vai ganhar uma pista de caminhada no entorno. As vagas precisarão ser redesenhadas, mas não haverá diminuição dos espaços.

Desistência

Ao julgar todos os registros de candidatura, Justiça Eleitoral destaca que o número de candidatos que desistiram da disputa nas Eleições 2022 chegou a 799, superando a quantidade de desistentes nas eleições gerais de 2018, quando 770 candidatos abandonaram a campanha.

Potencial

O deputado estadual Michele Caputo (PSDB) destacou o potencial de crescimento de Maringá, cidade polo da região noroeste, e sua importância para o desenvolvimento do Paraná. "Maringá é a minha cidade natal, onde cresci, passei minha adolescência e me formei como farmacêutico na UEM em 1984. Maringá é modelo de cidade, um centro universitário importante no Brasil, muito boa para viver e que merece uma representação atuante na Assembleia Legislativa", disse Michele Caputo. Pela Secretaria Estadual de Saúde, Michele Caputo viabilizou mais de R$ 209 milhões em investimentos na área de saúde.

Raiva

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) confirma que casos de raiva em animais crescem no Paraná. Pelo menos 101 casos de raiva em animais foram registrados no estado em 2022. Em Cascavel, 47 animais morreram por raiva em 41 propriedades. Segundo a Adapar, o surto começou em 2021 após um período de 15 anos sem registro.

Candidatos entrevistados

A RPC iniciou na segunda-feira (12) uma série de entrevistas com os candidatos ao Governo do Paraná. Ana Carolina, Wilson Soler e Carolina Wolf estão juntos na série de entrevistas aos políticos sobre temas relevantes para o futuro do estado, ao vivo, a partir das 11h45. As entrevistas iniciaram nesta segunda e vão até sexta-feira.

Da Redação ADI-PR | Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. jornalismo@adipr.com.br

Rotary Club de Pato Branco Sul

Inicia a 11ª Expoflor em Pato Branco



Marlene de Lurdes Ferronato e familiares

Iniciou ontem (13), a 11ª Expoflor no Pavilhão São Pedro, em Pato Branco. A feria que tem atendimento das 8h às 21h, sem intervalo para o almoço segue até o domingo (18), quando o horário será das 8h às 19h.

No primeiro dia de feira, foi realizado o worshop "Plantio e condução de frutíferas", já amanhã (15), às 16h30, na parte superior do Pavilhão São Pedro está previsto o workshop "Plantio, cuidados e condução de orquídeas".

A 11ª Expoflor tem como parceiros o Creci, OAB e Sindicomércio, que que estão colaborando na arrecadação de equipamentos hospitalares em favor do Gama. Além do apoio de Sicoob, Limber, Coopertradição, XPert, RPC e Diário do Sudoeste.

A destinação de todo material arrecadado e adquirido (cadeiras de rodas, de banho, muletas e camas hospitalares) será feria ao Gama, em evento especial e conjunto no mês de outubro, em comemoração ao Outubro Rosa.



Com os recursos da feira serão adquiridas cadeiras de roda e banho



Projeto propõe criação do Programa Alimentando o Conhecimento

Iniciativa do Legislativo quer garantir que professores e servidores possam fazer refeições nas escolas e creches do município

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária de segunda-feira (12), da Câmara Municipal de Pato Branco, foi apresentado o Projeto de Lei nº 144, de 2022, de autoria do vereador Claudemir Zanco (PL) – presidente da Casa de Leis, que institui o Programa Alimentando o Conhecimento, em Pato Branco.

Segundo o PL, o programa tem o "objetivo de fornecer aos professores e servidores da educação em exercício nas escolas públicas municipais e CMEIs o direito do recebimento de refeições produzidas pela unidade escolar, durante o período letivo".

Para atender o programa, o projeto destaca que "o Executivo Municipal poderá utilizar do alimento excedente da merenda escolar ou realizar a aquisição de alimentos. O exercício desse direito deve respeitar a prioridade de alimentação dos estudantes e não implicará em qualquer acréscimo para os professores e demais servidores das escolas, nem no decréscimo de quaisquer direitos remuneratórios ou indenizatórios, especialmente quanto ao direito ao vale-alimentação ou equivalente, se houver, na forma da lei. A refeição de que trata o programa, será consumida no mesmo local e junto aos alunos, de forma a contemplar o espaço de convivência, prática educativa e de modo a garantir o processo de integração da comunidade escolar".

O vereador destaca no projeto que "a Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 90 dias após sua publicação e que entrará em vigor na data de sua publicação".

Justificativa

De acordo com o projeto, a justificativa do parlamentar para propor a iniciativa é a de "assegurar aos professores e demais servidores das escolas públicas municipais o direito à alimentação, durante o período letivo. A Constituição Federal fixa, em seu artigo 208, a obrigatoriedade da garantia, pelo Estado, da oferta de programa suplementar de alimentação aos educandos do ensino fundamental. Em 2008, a Medida Provisória nº 455, convertida na Lei nº 11.947/2009, ampliou este direito constitucional, assegurando o atendimento de todos os estudantes da rede pública de educação básica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A alimentação escolar é definida como 'todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo'. O PNAE tem por objeto o atendimento alimentar do aluno, mas não veda, absolutamente, a possibilidade de que outros membros da comunidade escolar venham também a compartilhar o excedente da merenda escolar, juntamente com os alunos".

ASSESSORIA/CMPB



O projeto de lei que cria o programa foi lido em plenário na sessão de segunda-feira (12)

Impacto

No projeto, Zanco destaca também que é importante que os servidores possam se alimentar com a mesma merenda dos alunos, pois isso garante maior rigor e fiscalização na oferta desse importante programa suplementar na área da educação.

"Ressaltamos que o impacto é quase zero do ponto de vista orçamentário, já que, em comparação ao número de alunos, os servidores representam um número expressamente menor. Conforme relatos, o Executivo Municipal determinou que os servidores das escolas municipais e CMEIs não possam mais alimentar-se junto aos alunos e no ambiente escolar, o que causa um certo desconforto para as merendeiras e zeladoras, uma vez que as mesmas permanecem praticamente em tempo integral dentro do ambiente escolar, exercendo suas atividades laborais, para o melhor desenvolvimento e benefício da escola, que busca atender da melhor forma os alunos. E por este motivo apresento o referido projeto, contando desde já com a atenção e aprovação pelo Plenário".

Tramite

Após ser protocolado na Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 144, de 2022, entrou em tramitação para receber os pareceres nas comissões e seguir para votação em plenário.

Justiça Eleitoral recebe 10,8 mil denúncias de propaganda irregular

Agência Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que recebeu 10,8 mil denúncias de propaganda eleitoral irregular em todo o país. Os indícios de irregularidades foram notificados entre 16 de agosto e essa segunda-feira (12).

As denúncias foram enviadas pelo aplicativo Pardal, ferramenta digital criada em 2014 e que permite que o cidadão registre reclamações contras as campanhas. Após o recebimento, as queixas são enviadas ao Ministério Público Eleitoral (MPE). O maior número de denúncias foi registrado em Pernambuco (1,5 mil), seguido por São Paulo (1,3 mil), Minas Gerais (1,1 mil) e Rio Grande do Sul (1 mil).

De acordo com os dados, foram recebidas 3,6 mil denúncias referentes a candidatos a deputado estadual, 3,4 mil a deputado federal, 1,4 mil a presidente e 738 a governador.

O aplicativo Pardal está disponível nas lojas virtuais App Store e Google Play ou por meio do site do TSE.

Pela plataforma, também é possível denunciar compra de votos, abuso de poder econômico e político, uso indevido da máquina pública e dos meios de comunicação durante a campanha.